

## **309 -JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

PROVA ESCRITA, DISSERTATIVA, DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

### **INSTRUÇÕES**

1. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas.
2. Não esqueça de preencher o talão de identificação constante na capa da prova.
3. Será eliminado do concurso o candidato:
  - a) que se retirar do recinto durante a realização da prova, sem a devida autorização;
  - b) que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores ou fiscais;
  - c) que for surpreendido comunicando-se com outros candidatos, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma, bem assim utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos;
  - d) durante a realização da prova é proibido o uso de telefones celulares;
  - e) use somente caneta de tinta azul ou preta.
4. Será atribuída nota 0 (zero) à prova que apresentar sinal ou contiver expressão que possibilite sua identificação;
5. Sob hipótese alguma assine sua prova. A assinatura da prova eliminará o candidato;
6. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações, facultada a consulta a textos legais, sem comentários ou notas explicativas;
7. Leia com atenção cada questão da prova, antes de escrever. O tempo é suficiente.

**21/03/2004**

**A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA**

PROVA ESCRITA, DISSERTATIVA, DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO e DIREITO CONSTITUCIONAL.

1) DIREITO DO TRABALHO (2 pontos)

Discorra fundamentadamente sobre os seguintes temas, em pequenas dissertações:

- a) O Direito do Trabalho e a Administração Pública. Terceirização. Críticas.
- b) Factum principis, falência do empregador e força maior na extinção do contrato de trabalho. Responsabilidades.
- c) Meio ambiente do trabalho. Conceitos. Proteção jurídica. Dano moral.
- d) Comissões de Conciliação Prévia. Arbitragem. Mediação. Realidade brasileira.
- e) Trabalho escravo ou forçado. Eficácia das decisões trabalhistas.

2) DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO (2 pontos)

Em determinado processo trabalhista, a parte reclamada, apesar de notificada nos termos previstos no art. 841, da CLT, não compareceu em juízo para se defender e por isso foi considerada revel com aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato. Para ciência da sentença que pôs fim ao processo de conhecimento, a reclamada voltou a ser notificada, mas desta vez em seu novo endereço. Transitada em julgado a decisão e homologada a liquidação, a execução teve que se processar por Carta Precatória Executória. No juízo deprecado a empresa reclamada foi citada como determina o art. 880, da Consolidação das leis do Trabalho. Não pagou e nem garantiu a execução e por isso sobreveio a penhora, que recaiu sobre um crédito da executada, crédito esse representado por uma letra de câmbio, que, de acordo com a certidão do sr. Oficial de Justiça-Avaliador, não chegou a ser apreendida, mas o devedor da obrigação representada pela letra foi regularmente intimado da penhora. No dia seguinte ao da realização da penhora, foi decretada a liquidação extrajudicial da empresa executada, tudo de acordo com o que dispõe a lei nº 6.024, de 13.3.74. Ciente da penhora, no prazo legal, a executada ingressou com Embargos à Execução arguindo a nulidade do processo por vício de notificação (citação) para ciência da reclamação e do dia e hora da audiência no processo de conhecimento, uma vez que não recebeu a notificação por ter mudado de cidade. Argumentou que, se ultrapassada a nulidade argüida, a penhora não poderia ser considerada perfeita e acabada porque a letra de câmbio não foi apreendida como determina a lei, o que invalida o ato. Argüiu também a incompetência da Justiça do Trabalho para o prosseguimento da execução, tendo em vista a liquidação extrajudicial já decretada. Por último, impugnou o cálculo, alegando exagero na conta, a qual, no seu entender, deveria ser limitada ao valor constante do demonstrativo que anexou às suas razões de embargos.

Considerando a situação narrada, responder, em forma de pequenas dissertações com indicação dos fundamentos legais, jurisprudenciais e doutrinários, os seguintes questionamentos:

2.A - A execução trabalhista constitui um processo autônomo distinto do processo de conhecimento ou, ao contrário, é uma fase deste?

2.B - Qual é o juízo que tem legitimidade e competência para examinar e decidir os embargos à execução apresentados pela empresa executada?

2.C - O fato do título, que representa o crédito que foi penhorado, não ter sido apreendido, compromete a validade da penhora?

2.D - Na hipótese apresentada, a nulidade processual argüida é matéria própria de embargos à execução?

2.E - Ante a liquidação extrajudicial que foi decretada, poderia prosseguir a execução na Justiça do Trabalho?

### 3) DIREITO CIVIL (1 ponto)

Faça a distinção entre sociedades fusionadas e incorporadas, indicando em cada qual, os efeitos em relação aos credores anteriores aos atos de fusão e incorporação. Fundamente a resposta.

### 4) DIREITO PROCESSUAL CIVIL (2 pontos)

Ao contestar os pedidos de uma reclamação trabalhista, a empresa reclamada fundou suas alegações nas anotações que fez na Carteira de Trabalho do reclamante. Em virtude disso e atendendo requerimento da parte, o juiz determinou a exibição daquele documento, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados na defesa. No prazo legal, o reclamante disse não poder apresentar a Carteira de Trabalho porque esta ficou retida em poder de outra empresa para quem trabalhara após o contrato de emprego que mantivera com a reclamada. Dadas as circunstâncias, a reclamada requereu ao juiz que suspendesse o feito e determinasse que aquela outra empresa exibisse o documento. Deferido o pedido, aquela empresa negou a obrigação de exibi-lo em virtude do que, após audiência, o juiz proferiu sentença incidental determinando a exibição da CTPS. Trazido aos autos aquele documento, a reclamada argüiu sua falsidade, alegando que as anotações que fez não eram aquelas ali registradas pelo que requereu e foram deferidas a suspensão do processo e a perícia no documento seguida com sentença que resolveu o incidente declarando falso o documento.

Responda fundamentadamente:

a) Estão corretas as suspensões do feito deferidas pelo juiz nos dois incidentes?

b) Qual o recurso cabível da sentença que determinou a exibição da CTPS? Quem está legitimado para recorrer?

c) Qual o recurso cabível da sentença que declarou falso o documento?

### 5) DIREITO ADMINISTRATIVO (1 ponto)

A divisão dos bens quanto à sua propriedade pode ser encontrada no velho direito romano. O que ali ficou estabelecido pela doutrina ainda permanece hoje em suas linhas mestras. Os bens, quanto à sua propriedade, dividem-se em bens públicos e bens privados. O terreno de marinha é um bem público. Considerando essa assertiva, responder, com pequenas mas fundamentas dissertações, as seguintes indagações:

5.A - Quais são os terrenos que são considerados como sendo terrenos de marinha?

5.B - A que categoria de bens públicos pertence os terrenos de marinha?

5.C - Em sendo possível o uso desses bens pelo particular, sob que regime contratual essa utilização é feita?

5.D - Citar as características dos bens públicos e falar sobre uma delas.

### 6) DIREITO CONSTITUCIONAL (2 pontos)

Discorra fundamentadamente sobre os seguintes temas, em pequenas dissertações:

- a) Controle externo do Poder Judiciário. Reflexões e críticas.
- b) Imunidade de jurisdição dos entes de direito público externo demandados em ações trabalhistas.
- c) Direitos humanos, cidadania e trabalho.
- d) Poder normativo da Justiça do Trabalho.
- e) Controle da constitucionalidade das leis. O juiz de primeiro grau. Súmula vinculante.